

Economia - Brasil

O ajuste não é indolor

Pressionado por todos os lados e, em particular, por políticos do seu partido, o presidente Fernando Henrique Cardoso determinou à equipe econômica a elaboração de estudos para que se possa, gradativamente, reduzir as taxas de juro. S. Exa. não desautorizou o seu ministro da Fazenda: apenas procurou apaziguar os meios políticos e industriais que, cada vez mais, estão condenando uma política monetária que, segundo entendem, leva à asfixia da economia, contribuindo para agravar o déficit público.

As autoridades monetárias não se deixam impressionar por essas críticas concentradas, a serem reforçadas, na próxima quarta-feira, por nova tentativa do presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que pedirá ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, a revisão da sua política, que estaria favorecendo a recessão, reduzindo as exportações e impedindo os investimentos. O ministro, que acaba de lembrar que "o ajuste não é indolor", encontrará certamente argumentos para justificar a manutenção da sua orientação. O IBGE acaba de divulgar o crescimento do PIB no primeiro trimestre: efetivamente, com a evolução desse em 10,5% em relação ao mesmo período do ano passado (16,2% no caso da indústria de transformação), o pedido da Fiesp parece intempestivo. Não é possível controlar a inflação no quadro de uma economia tão aquecida, e quaisquer notícias relativas a uma redução da

demanda só podem ser bem recebidas pelos que têm a dura tarefa de conter as pressões inflacionárias e reduzir as importações.

Pedro Malan está engajado numa campanha de esclarecimentos para justificar sua política, procurando, em primeiro lugar, convencer os deputados tucanos que, hoje, não conseguem apresentar outras opções. Preocupa-se primordialmente o ministro em explicar que ele também não se sente satisfeito com a atual taxa de juros, pelo que todos os seus esforços se dirigirão para a sua atenuação. Mas, para tanto, tudo depende de uma série de medidas que exigem a colaboração do Congresso Nacional.

Hoje, contentam o ministro os primeiros sinais de desaquecimento da demanda e a queda, ainda não consolidada, das importações. Ele não esconde, entretanto, a sua preocupação diante do que possa ocorrer nos próximos meses, em que a política salarial — encarada até agora com grande generosidade pelos empresários, que vêm concedendo adiantamentos e reajustes — poderá contribuir para o advento de um novo surto de demanda, somente contornável por uma redução do crediário, favorecido por um custo elevadíssimo dos financiamentos. Malan está dando ênfase ao fato de



a onda de insolvência que se verifica atualmente ser de responsabilidade dos agentes econômicos, que, para vender mais, contribuiram para elevar, artificialmente, o poder aquisitivo da população, já favorecida pela volta à estabilidade dos preços.

No momento, uma queda dos juros exigiria uma revisão da taxa cambial, a qual, na visão de Malan, permitiu à indústria dispor de matérias-primas e produtos intermediários a custo baixo, o que auxiliou a exportação, malgrado um real valorizado. Mas, sem essa taxa cambial, os preços voltariam a subir, conforme se comprovou na área automobilística, que reajustou os preços logo depois do aumento das tarifas aduaneiras sobre carros de passeio.

Há países, no entanto, que conseguiram safar-se da hiperinflação sem uma recessão violenta; o Brasil, até agora, tem crescido e poderá continuar a fazê-lo desde que renuncie a superar os próprios recordes. Não há desenvolvimentos sadios sem aumento da poupança: até o momento, temos dado prioridade ao consumo, artificialmente estimulado.

Sabe o ministro que não poderá manter por muito tempo ainda tão elevada taxa de juros. Está certo, entretanto, de que, sem equilíbrio das contas públicas, uma redução abrupta

dessa taxa reanimaria as pressões inflacionárias. Hoje, o custo do dinheiro é o único poder de barganha de que dispõe para conseguir a mobilização da opinião pública em favor de uma reforma fiscal profunda e abrangente.

Nos quatro primeiros meses do ano, a execução financeira do Tesouro acusou um déficit de R\$ 1,4 bilhão, crescendo a cada mês a dívida interna. Parece difícil aumentar a carga tributária que, neste exercício, deverá fechar com

O governo tenta implantar uma recessão, enquanto não se chega à reforma fiscal

um recorde histórico (31,5% do PIB). Uma reforma deve visar a uma melhor distribuição, mas, certamente, não a aumentar. É para o lado dos gastos que os esforços devem dirigir-se, o que exige aprofundada reforma. De imediato, cumpre ao Planalto acelerar o processo de privatização, uma vez que, até agora, a administração Fernando Henrique Cardoso tem ficado apenas no plano das intenções. Não nos parece que tal atraso seja de responsabilidade do Congresso, mas constituiria grave erro pensar que, desse modo, se resolveria o problema fiscal. Incumbe à sociedade cooperar para que se encontre uma solução que não propicie apenas o estabelecimento de uma recessão.